



Núcleo Distrital de Braga

Sessão de Informação

Apoios à Criação do Próprio Emprego

Conclusões

16 de Maio de 2006

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Conclusões Sessão de Informação “Apoios à Criação do Próprio Emprego”

AUTOR

Núcleo Distrital de Braga da Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal

DATA

Junho de 2006

ÍNDICE

I.	Breve Introdução	3
II.	Destinatários/ Participantes.....	3
III.	Empowerment.....	4
IV.	Trabalho de Parceria.....	4
V.	Divulgação.....	4
VI.	Principais Conclusões.....	5
VII.	Avaliação.....	6
	ANEXOS – Lista dos participantes.....	7

I – BREVE INTRODUÇÃO

É sobejamente conhecido que o desemprego constitui uma problemática social que se tem agravado significativamente na região, principalmente no Vale do Ave, território marcado economicamente pelo Sector da Indústria. Este agravamento deve-se, por um lado, a agressiva concorrência por parte de empresas provenientes de países com mão-de-obra mais barata (nomeadamente a China e a Índia), e por outro lado, devido a deslocalização de multinacionais, que arrastaram muitas portuguesas, trabalhadores e trabalhadoras por conta de outrem, para o desemprego. A par do aumento do desemprego no Sector Secundário, tem-se assistido ao aumento da taxa de desemprego nos mais jovens, nomeadamente dos jovens licenciados. Deste modo, a criação do próprio emprego tem-se afigurado, para muitos desempregados e para Entidades nacionais responsáveis, como uma alternativa viável e em expansão, para combater ou atenuar o desemprego, desde que sejam encetados mecanismos de apoio e de acompanhamento por parte destas Entidades.

Neste quadro, o Núcleo Distrital de Braga entendeu promover, no âmbito do seu Grupo de trabalho “Emprego”, uma sessão de informação sobre apoios existentes para a criação do próprio emprego, dirigida aos desempregados, jovens à procura de 1º emprego e pessoas em situação de risco de desemprego.

Esta sessão, que teve por objectivo divulgar e debater medidas de apoio à criação do próprio emprego, promovidas pelo IEFP e pela Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), teve lugar na Junta de Freguesia de S. Victor (Braga), no dia 16 de Maio de 2006, pelas 14.30 horas.

II – DESTINATÁRIOS/ PARTICIPANTES

A sessão de informação dirigiu-se especificamente às pessoas em situação de desemprego, à procura de 1º emprego, em regime de trabalho parcial ou em situação de risco de desemprego, residentes no concelho de Braga e concelhos limítrofes. Neste sentido, para divulgação da iniciativa, o grupo de trabalho “Emprego” recorreu a colaboração de diversas UNIVA’s locais, de modo a que estas, mediante uma selecção prévia, encaminhassem os potenciais interessados na sessão. De facto, mais de que os aspectos quantitativos (n.º de participantes) preocupou-nos a qualidade da intervenção, e neste âmbito, um dos critérios fundamentais consistia na selecção de pessoas efectivamente interessadas sobre o assunto – a criação do seu próprio emprego.

III – EMPOWERMENT

Entendendo o empowerment como um *«um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder (...) que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania»*¹, então podemos afirmar que esta acção visou potenciar de certa forma a participação activa (empowerment) dos participantes, na medida em que se procurou, mediante a divulgação de informação sobre determinados instrumentos, que estes sejam os principais protagonistas na resolução dos seus próprios problemas (neste caso o desemprego) através de uma tomada livre de decisões.

¹ Carla Pinto, “Empowerment: uma prática de serviço social”, in *Política Social*, ISCSP, Lisboa, 1998, p. 247.

IV – TRABALHO DE PARCERIA

Para a realização desta iniciativa, foi possível envolver a participação e colaboração de diversas entidades, quer públicas, quer privadas. Como referido anteriormente, esta acção foi organizada pelo Grupo de trabalho “Emprego”, constituído pelo Núcleo, a Sol do Ave, o Lar de Santa Estefânia, a Associação Famílias e a Associação Contos do Baú. A planificação e organização da acção foi realizada no contexto das reuniões mensais do grupo.

Quanto às Entidades responsáveis pela divulgação das medidas que promovem de apoio á criação do próprio emprego, foi possível contar com uma técnica (Dra. Elsa Teixeira) do Centro de Emprego de Braga e de uma técnica (Dra. Marta Mucha) da ANDC.

Importante também, foi a colaboração da UNIVA's locais na divulgação da acção e encaminhamento de inscrições para o Núcleo.

Resta ainda acrescentar a colaboração da Junta de Freguesia de S. Victor, na cedência gratuita de equipamento e do espaço de realização (auditório).

V – DIVULGAÇÃO

A divulgação foi feita :

- através das UNIVA's Locais (S. Victor, Câmara Municipal de Braga, São Lázaro, Ferreiros, Lamações, Veiga do Penso, David Oliveira Martins, Universidade do Minho, Vila Verde, Amares, Terras de Bouro, ACIP, Riba D'Ave, Ribeirão, S. Cosme do Vale, S. Pedro do Bairro, Mundos de Vida), sendo que para o efeito foram elaborados um flyer (página tamanho A4) e uma ficha de inscrição;
- mediante a afixação do flyer nas instituições que integram o Núcleo e em locais públicos, tais como Juntas de Freguesia;
- através de um artigo publicado na Imprensa local, no dia 15 de Maio (Jornal “Diário do Minho”);
- no Site da REAPN, e através de Correio electrónico.

VI – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Dra. Elsa Teixeira (Centro de Emprego de Braga):

No âmbito do Programa de Estimulo à Oferta de Emprego (POEOE)² foram apresentadas as seguintes Medidas ou Modalidades: Apoios a Iniciativas Locais de Emprego (ILE) e Apoios a Projectos de Emprego Promovidos por Beneficiários das Prestações de Desemprego (APEBPD).

No que concerne as ILE, podem candidatar-se pessoas singulares com idade superior ou igual a 18 anos. Os promotores podem ser individuais ou associados, sendo que neste último caso, pelo menos metade destes têm de ser jovens à procura de 1º emprego ou desempregados involuntários inscritos nos Centros de Emprego. Os promotores de ILE obrigam-se à constituição e registo da entidade no prazo máximo de 6 meses a contar da data de assinatura de contrato de concessão. O projecto não poderá conduzir à criação de mais de 20 postos de trabalho que deverão ser preenchidos obrigatoriamente por desempregados ou jovens à procura de 1º emprego através da celebração de contrato sem termo. O investimento total não

² Legislação: Portaria n.º 196-A/2001, de 10/03; Portaria n.º 255/2002, de 12/03; Portaria n.º 113/2005, de 28/01 (PIAVE).

pode exceder os 150.000 Euros. Para além disso o investimento tem de ser realizado no prazo máximo de um ano a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão de Incentivos. A área de actividade tem de constar obrigatoriamente da lista de actividades elegíveis (Artº 14º). No âmbito do PIAVE (afecto à Região do Ave), todas as actividades são elegíveis (excepto regras minimis), considerando-se prioritárias as que se integram nas áreas do artesanato, turismo, TIC e serviços que facilitem a conciliação da actividade profissional e vida familiar (artº 15º Portaria 113/2005 de 28/01). Os projectos têm de demonstrar viabilidade económico-financeira e pelos menos 5% do investimento elegível tem de ser suportado pelos promotores (capitais próprios) – quando se trate de sociedades têm de dispor, no mínimo, do capital social. As despesas elegíveis contemplam: obras de remodelação (limite de 40% do investimento elegível), equipamento básico, equipamento administrativo e social e mobiliário diverso (limite de 30% do investimento elegível), equipamento informático (limite de 30% do investimento elegível), ferramentas e utensílios, material de carga e transporte (limite de 40% do investimento elegível), estudos e projectos (desde que se encontrem directamente ligados à realização do investimento (limite de 15% do investimento elegível), viaturas mistas desde que correspondam a equipamento básico da actividade e determinados bens em estado de uso. Note-se que os investimentos elegíveis são calculados a preços correntes deduzindo-se o IVA. Não são elegíveis despesas de aquisição do direito de propriedade ou outros direitos reais sobre imóveis, construção de edifícios, aquisição de viaturas ligeiras de passageiros e locação financeira de instalações ou equipamentos.

Um dos requisitos, ainda no âmbito das ILE, prende-se com a manutenção do nível de emprego, que é de 4 anos contados a partir da data de pagamento dos apoios, sendo que podem ser substituídos trabalhadores por outros nas mesmas condições, num prazo de 45 dias. No final foram apresentados de forma breve aspectos financeiros tais como os subsídios (pagamento aos trabalhadores/ postos de trabalho criados), majorações, etc.

As ILE de apoio à Família visam o desenvolvimento de projectos nas seguintes áreas: apoio a pessoas idosas, apoio a pessoas com deficiência, guarda e apoio de crianças, apoio pedagógico a crianças e jovens, e apoio a actividades domésticas.

No que diz respeito aos APEBPD, são destinatários, os beneficiários das prestações de desemprego. Constam nos apoios financeiros, o pagamento de uma só vez das prestações de desemprego que o beneficiário tem direito deduzido das importâncias eventualmente recebidas.

Dra. Marta Mucha (ANDC):

A técnica começou por explicar que o microcrédito dirige-se as pessoas mais desprotegidas, ou seja aqueles que se encontram social e economicamente excluídos (desempregados, jovens à procura de 1º emprego, etc.) e que queiram criar o seu próprio emprego ou pequeno negócio, tratando-se de pequenos montantes (empréstimos) que variam entre os 1000 e os 5000 euros. Existe por parte da ANDC todo um processo de acompanhamento, desde a criação do projecto, até a sua montagem e funcionamento. Posteriormente a técnica apresentou através da projecção de um filme, experiências concretas e testemunhos de micro-empresários de diversas áreas.

VII - AVALIAÇÃO

Em termos gerais, e tendo em conta os objectivos propostos para esta acção, considera-se que o balanço é satisfatório. Contando com a presença de cerca de 40 participantes, esta iniciativa permitiu difundir informação, tirar dúvidas e reflectir sobre medidas de apoio à criação do próprio emprego, mais concretamente no âmbito de intervenção do IEFP e da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC). As oradoras, mediante a complexidade de algumas medidas, procuraram simplificar as suas apresentações e fomentar a participação dos destinatários da acção. Estes, por sua vez colocaram algumas questões e dúvidas que no decorrer das apresentações, iam surgindo. Por parte das entidades intervenientes foi demonstrada total disponibilidade para o esclarecimento de contactos posteriores por parte dos participantes.

Braga, 6 de Junho de 2006